

São João Participações S/A

Demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Sumário

1	Contexto operacional	11
2	Relação de entidades controladas	12
3	Base de preparação	12
4	Moeda funcional e moeda de apresentação	13
5	Uso de estimativas e julgamentos	13
6	Base de mensuração	14
7	Principais políticas contábeis	14
8	Novas normas e interpretações ainda não adotadas	23
9	Caixa e equivalentes de caixa	24
10	Contas a receber e outros recebíveis	25
11	Investimentos	25
12	Propriedades para investimento	26
13	Imobilizado	26
14	Fornecedores	27
15	Outras contas a pagar	27
16	Outras obrigações	27
17	Provisão para demandas judiciais	27
18	Patrimônio líquido	27
19	Instrumentos financeiros	29
20	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	31
21	Receita operacional líquida	32
22	Administrativas e gerais	33
23	Financeiras líquidas	33
24	Partes relacionadas	33

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
SÃO JOÃO PARTICIPAÇÕES S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **São João Participações S/A** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São João Participações S/A** em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025, apresentada para fins de comparação, não foram examinadas por nós ou por outros auditores independentes.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e sua controlada de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

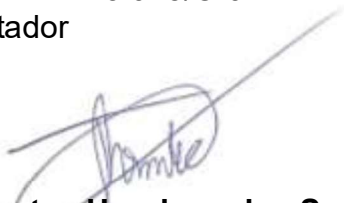
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2026.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0



Giacomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador



Johnatan Henrique dos Santos
CRC1SP295.723/O-0
Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

São João Participações S/A

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	(Não auditado)		2026	2025	(Não auditado)	2025
Ativos					Passivo				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9	389	2	1	Fornecedores	14	64	-	-
Impostos a recuperar		3	-	-	Impostos e contribuições a recolher		28	-	-
Outras contas a receber	10	956	1.908	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20.a	41	-	-
					Dividendos a pagar		483	231	-
					Outras contas a pagar	15	103	84	68
Total do ativo circulante		1.348	1.910	1					
Não circulante					Total do passivo circulante		719	315	68
Realizável a longo prazo					Não circulante				
Outras contas a receber	10	10.264	-	-	Outras obrigações	16	69	-	-
Depósitos judiciais		3	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	20.344	-	-
Total do realizável a longo prazo		10.267	-	-	Total do passivo não circulante		20.413	-	-
Investimentos	11	-	59.367	-	Patrimônio líquido				
Propriedades para investimento	12	24.047	-	-	Capital social	18	4.201	4.201	1
Imobilizado	13	54.302	-	-	Reservas de reavaliação		13.308	13.308	-
					Reservas de lucros		43.965	43.965	-
					Ajuste de avaliação patrimonial		(1.205)	(1.205)	-
Total do ativo não circulante		88.616	59.367	-	Dividendos adicionais propostos		693	693	-
					Prejuízos Acumulados		-	-	(68)
					Patrimônio líquido atribuível aos controladores		60.962	60.962	(67)
					Participação de não controladores		7.870	-	-
					Total do patrimônio líquido		68.832	60.962	(67)
					Total do passivo		21.132	315	68
					Total do Passivo e Patrimônio líquido		89.964	61.277	1
Total do Ativo		89.964	61.277	1					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

São João Participações S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado 2026	Controladora 2026	2025 (Não auditado)
Receita operacional líquida	21	1.435	-	-
Lucro bruto		1.435	-	-
Administrativas e gerais	22	(343)	(14)	(2)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		1.092	(14)	(2)
Receitas financeiras	23	77	-	-
Despesas financeiras	23	(1)	-	-
Financeiras líquidas		76	-	-
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	11	-	1.006	-
Resultado antes dos impostos		1.168	992	(2)
Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	20.b	(41)	-	-
		(41)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.127	992	(2)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores		992	992	(2)
Acionistas não controladores		135	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.127	992	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Participações S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	2026	2026	2025 (Não auditado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.127	992	(2)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	1.127	992	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Participações S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros									
		Reservas de reavaliação em controladas	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio atribuível aos controladores			
Saldos em 31 de março de 2024 - (Não auditado)	18	1	-	-	-	-	(66)	-	(65)	-	(65)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(2)	-	-	(2)	-	(2)
Saldos em 31 de março de 2025 - (Não auditado)	18	1	-	-	-	(68)	-	(67)	-	(67)	
Cisão Parcial conforme AGE de 01 de dezembro de 2025	1.2	4.200	13.308	840	43.125	(1.205)	-	-	60.268	7.735	68.003
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	992	-	-	992	135	1.127
Destinações do lucro exercício:											
Dividendos mínimos obrigatórios	18,5	-	-	-	-	(231)	-	(231)	-	-	(231)
Dividendos adicionais propostos	18,5	-	-	-	-	(693)	693	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	18	4.201	13.308	840	43.125	(1.205)	-	693	60.962	7.870	68.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Participações S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
Nota	2026	2026	2025
		(Não auditado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.127	992	(2)
Ajuste para:			
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	11	(1.006)	-
Variações cambiais, monetárias, encargos financeiros	1	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	20.b	-	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Impostos a recuperar	(3)	-	-
Outras contas a receber	(889)	-	-
Aumento ou (diminuição) dos passivos			
Fornecedores e Outras contas a pagar	86	15	2
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	25	-	-
Adiantamentos de clientes			-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	388	1	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	388	1	-
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de abril	1	1	1
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	389	2	1
	388	1	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A São João Participações S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, domiciliada no Brasil, com escritório na Rua Haddock Lobo, 746 – 6º andar, sala 6, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. As atividades da Companhia compreendem participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras como sócia-quotista ou acionista; a administração, compra e venda de imóveis próprios.

1.1 Mudanças do controle societário da Companhia

Em 29 de abril de 2025, conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre os acionistas (pessoas físicas), denominados vendedores, e a Companhia USJ Administração e Participações S/A, denominada compradora, de forma irrevogável, foi transferida a participação societária na sua integralidade. Dessa forma, a Companhia USJ Administração e Participações S/A passou a deter 100% do capital social desta Companhia. O valor da aquisição deste investimento pela agora controladora foi de R\$ 1.000, com o total de 1.000 ações.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia USJ Administração e Participações S/A (Controladora) deliberou e aprovou sua cisão parcial, com a finalidade de promover a reestruturação societária do Grupo Econômico a que pertence. Dessa forma, uma parcela do patrimônio da controladora foi cindida, assim vertendo sua participação societária na Companhia para a nova controladora Novaterra Agroinvestimentos S/A. A operação foi fundamentada em laudo de avaliação técnica, elaborado por especialistas independentes. A nova controladora Novaterra Agroinvestimentos S/A passa a deter 99,23% do capital social da Companhia.

1.2 Aquisição de investimento

Em 1 de novembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A deliberou e aprovou sua cisão parcial, com a finalidade de promover a reestruturação societária do Grupo Econômico ao qual pertence. Dessa forma, uma parcela do patrimônio da U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A foi cindida, assim vertendo seu patrimônio líquido à Companhia. Em contrapartida ao patrimônio líquido transferido, foi transferida a participação societária na Companhia Agrícola São Jerônimo. Esta operação foi fundamentada em laudo de avaliação técnica, elaborado por especialistas independentes e, desta forma, a Companhia passa a ser controladora da Companhia Agrícola São Jerônimo, com participação de 89,29% sobre Capital social, passando a deter controle integral de suas operações e atividades financeiras, desta forma integrando as Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia, conforme detalhado em Nota Explicativa 3.1.

1.3 Reforma tributária brasileira

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e 227/26. O novo modelo substituirá gradualmente ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS pelos tributos IBS, CBS e IS.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando forem divulgadas as alíquotas efetivas e a entrada em vigor dos tributos.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem a consolidação da seguinte controlada, conforme participação destacada abaixo:

Entidade	Cidade/Estado-País (Matriz)	Último exercício social encerrado		Participação acionária			
				2026		2025	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Companhia Agrícola São Jerônimo	São Paulo/SP-Brasil	31.03.2026	Controlada	88,29%	-	-%	-

2.1 Companhia Agrícola São Jerônimo

A Companhia Agrícola São Jerônimo é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na Rua Haddock Lobo, nº 746, 6º andar, sala 4, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que atua principalmente na produção de cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola junto à Companhia U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A, sendo remunerada a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo (Consecana).

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG))

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia e sua controlada confirmam que todas as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e sua controlada estão apresentados na Nota Explicativa nº 7.

3.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026 foram preparadas e estão sendo apresentadas pela primeira vez pela Companhia de forma consolidada (conforme descrito na Nota Explicativa 1.2), em conformidade com a norma contábil NBCTG 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Para fins de atendimento às exigências de comparabilidade estabelecidas pela norma contábil NBCTG 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a Companhia estruturou suas demonstrações financeiras da seguinte forma:

- **Exercício findo em 31 de março de 2026:** Apresenta a posição patrimonial consolidada em 31 de março de 2026. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidadas incluem os saldos e transações da Companhia Agrícola São Jerônimo, exclusivamente a partir da data em que o controle foi efetivamente obtido, ou seja, em 1 de novembro de 2025 até o encerramento do exercício (Consolidação descrita na Nota Explicativa 7.1).

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quando aplicáveis, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2026, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7.6 (ii) – Vida útil do ativo imobilizado; e

Nota explicativa nº 20 – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reportes diretamente à Diretoria Executiva.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como serviços de preços utilizados para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das NBC TGs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Risco da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 19 – Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira, salvo indicação ao contrário.

7.1 Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia e sua controlada controlam uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não controladores

A Companhia e sua controlada elegeram mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia e de sua controlada em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia e sua controlada desreconhecem os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e sua controlada retêm qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia e de sua controlada em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e sua controlada, direta ou indiretamente, tenham influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual através do qual a Companhia e sua controlada possuem controle compartilhado, onde a Companhia e sua controlada têm direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e sua controlada no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;

Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;

Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias; e

Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

7.2 Receita operacional

(i) Venda de produtos

A receita operacional da controlada é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções e impostos sobre vendas.

A Companhia e sua controlada transferem os riscos e benefícios de suas modalidades de acordo com o descrito a seguir:

(ii) Vendas de cana-de-açúcar no mercado interno

As vendas de cana-de-açúcar da controlada são feitas em regime de parceria agrícola junto à U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A, sendo remunerada a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios

de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Consecana – Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo.

7.3 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos e todas as despesas atribuíveis à captação e manutenção dos financiamentos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

7.4 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota explicativa nº 19). No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos

ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
Ativos de contrato.

A Companhia e sua controlada mensuram as provisões para perdas em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; e a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido à Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor entrar em falência ou recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs, que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs) e, então, para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

7.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Classe de imobilizado	Vidas úteis
Edifícios	40 anos
Terrenos e propriedades	0 ano

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

7.7 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são representadas por imóveis rurais mantidos para auferir rendimentos em arrendamento.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

As propriedades para investimento em construção são reconhecidas pelo custo de construção.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia e sua controlada contabilizam a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

7.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Conforme facultado pela legislação tributária, a controlada Companhia Agrícola São Jerônimo optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido a partir de 1 de janeiro de 2015. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumidos é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de cana-de-açúcar. A partir de 1 janeiro de 2026, a receita bruta que ultrapassar R\$ 1.250 no trimestre sofrerá um acréscimo de 10% na alíquota de presunção do imposto de renda. Para a contribuição social, o acréscimo terá vigência a partir de 1 de abril de 2026, e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(iv) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil; e Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia e sua controlada sejam capazes de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas em um futuro previsível.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e sua controlada esperam recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

7.9 Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia e sua controlada são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18 / NBC TG 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação do desempenho financeiro, com foco na melhoria da comparabilidade e da transparência das informações divulgadas, incluindo a definição de subtotais padronizados e maior detalhamento sobre medidas de desempenho definidas pela administração.

b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19 estabelece um conjunto reduzido de exigências de divulgação aplicável a subsidiárias que não possuam responsabilidade pública, desde que a controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, visando simplificar as divulgações sem comprometer a qualidade da informação.

c) Alterações à IFRS 9 / NBC TG 48 e à IFRS 7 / NBC TG 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações tratam, principalmente, de aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como de aprimoramentos nos requisitos de divulgação, com o objetivo de esclarecer e alinhar a aplicação prática das normas.

A Companhia e sua controlada pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, conforme aplicável, quando de sua entrada em vigor.

d) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	Controladora	
	2026	2026	2025
Caixa e bancos	5	2	1
Aplicações financeiras equivalentes a caixa	384	-	-
	389	2	1

A Companhia e sua controlada consideram como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data de contratação, resgatáveis sem qualquer carência.

a) Certificados de Depósitos Interbancários:

Percentual de remuneração à taxa CDI	2026	2025
97%	384	-

As aplicações financeiras quando existentes são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 19.

10 Contas a receber e outros recebíveis

	Consolidado	Controladora	
	2026	2026	2025
Outras vendas	90	-	-
Vendas de outros produtos e serviços	958	-	-
Outras contas a receber	10.172	1.908	-
	11.220	1.908	-
Circulante	956	1.908	-
Não circulante	10.264	-	-

11 Investimentos

a. Composição dos saldos

Composição de saldos - controladora

Investimentos em Companhias do Grupo	2026	2025
Companhia Agrícola São Jerônimo (Nota Explicativa 1.2)	59.367	-

11.1 Informações da investida

Saldos nas Controladas	Cia Agrícola São Jerônimo
Ativos totais	89.962
Passivos totais	22.727
Capital social integralizado	3.426
Patrimônio líquido em 31 de março de 2026	67.235
Receita operacional líquida *	1.435
Resultado do exercício *	1.141
Participação %	89,29%

* Correspondente ao resultado de 1 de dezembro de 2025 a 31 de março de 2026.

11.2 Movimentação do investimento

Movimentação dos investimentos	Cia Agrícola São Jerônimo
Saldo em 01 de abril de 2024	-
Saldo em 31 de março de 2025	-
Aquisição de investimento cisão parcial (Nota Explicativa 1.2)	60.269
Resultado da equivalência patrimonial	1.006
Distribuição de dividendos	(1.908)
Saldo em 31 de março de 2026	59.367

12 Propriedades para investimento

12.1 Conciliação do valor contábil

	Propriedade para investimento
Saldos em 01 de abril de 2024	-
Saldos em 31 de março de 2025	-
Cisão Parcial de investimento em controlada (Nota Explicativa nº 1.2)	24.047
Saldos em 31 de março de 2026	24.047

A administração e a governança da Companhia e sua controlada concluíram, mediante análise detalhada, que o Método do Custo proporciona informação mais relevante e confiável sobre os ativos e seus fluxos de caixa futuros. Esta conclusão se deve à dificuldade contínua de obter mensurações de valor justo confiáveis e esforço desproporcional.

13 Imobilizado

13.1 Custo e depreciação consolidados

Custo	Edifícios	Terrenos propriedades	Total
Saldos em 01 de abril de 2024	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	-	-	-
Adições Cisão parcial de investimentos (Nota Explicativa 1.2)	8	54.301	54.309
Saldos em 31 de março de 2026	8	54.301	54.309
Depreciação	Edifícios	Terrenos propriedades	Total
Saldos em 01 de abril de 2024	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	-	-	-
Adições Cisão parcial de investimentos (Nota Explicativa 1.2)	(7)	-	(7)
Saldos em 31 de março de 2026	(7)	-	(7)
Valor contábil líquido			
Em 31 de março de 2025	-	-	-
Em 31 de março de 2026	1	54.301	54.302

13.2 Garantia

Os bens do ativo imobilizado da controlada Companhia Agrícola São Jerônimo foram concedidos em garantia de operações de diversas naturezas para a U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A estão apresentados abaixo:

Modalidade do Financiamento	Garantia	Valores contábeis
Processos Jurídicos	Terrenos e Propriedades	9.662

14 Fornecedores

	Consolidado	Controladora	
	2026	2026	2025
Fornecedores de materiais e serviços	64	-	-

15 Outras contas a pagar

	Consolidado	Controladora	
	2026	2026	2025
Outras contas a pagar (Nota explicativa nº 24)	103	84	68

16 Outras obrigações

Consolidado

Classificação Outras Obrigações	Saldo em 31 de março de 2025	Adições Cisão parcial (Nota Explicativa 1.2)	Saldo em 31 de março de 2026
Obrigações com credores em 35 anos	-	69	69
	<u>-</u>	<u>60</u>	<u>69</u>

17 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avaliou a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determinou a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Com base na opinião dos assessores jurídicos, a controlada Companhia Agrícola São Jerônimo possui litígios decorrentes de ações cíveis com probabilidade de perda considerada possível no valor de R\$ 10.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social da Companhia está representado por 1000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 1, em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada uma cisão parcial (Nota Explicativa 1.2), onde foi transferido o montante de R\$ 4.200 de Capital Social da Companhia U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A. Em decorrência da versão patrimonial, o Capital Social da Companhia passou de

R\$ 1 para R\$ 4.201 e passou de 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para 420.001.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

18.2 Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controlada (reflexa), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, e vem sendo realizada mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada uma cisão parcial (Nota Explicativa 1.2), onde foi transferido o montante de R\$ 13.309 de Reserva de reavaliação da Companhia U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A. Em decorrência da versão patrimonial, a Reserva de reavaliação da Companhia passou de zero para R\$ 13.309.

18.3 Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de março de 2026, o limite de 20% de reserva legal sobre o capital social foi atingido.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada uma cisão parcial (Nota Explicativa 1.2), onde foi transferido o montante de R\$ 840 de Reserva legal da Companhia U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A. Em decorrência da versão patrimonial, a Reserva legal da Companhia passou de zero para R\$ 840.

Reserva de lucros a realizar

No período em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia e controlada ou do artigo 202 da lei 6.404 de 1976, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do artigo 202 da lei 6.404 de 1976, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada uma cisão parcial (Nota Explicativa 1.2), onde foi transferido o montante de R\$ 43.125 de Reserva de lucros a realizar da Companhia U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A. Em decorrência da versão patrimonial, a Reserva de lucros a realizar da Companhia passou de zero para R\$ 43.125.

18.4 Ajuste de avaliação patrimonial

É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado da controlada (reflexa) em decorrência da aplicação do pronunciamento técnico NBC TG 27, da interpretação técnica NBC TG 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada uma cisão parcial (Nota Explicativa 1.2), onde foi transferido o montante de R\$ 1.205 de Ajuste de avaliação patrimonial da Companhia U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A. Em decorrência da versão patrimonial, a Reserva de reavaliação da Companhia passou de zero para R\$ 1.205.

18.5 Dividendos e distribuição de lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, e demonstrado abaixo:

Descrição	Valor
Lucro líquido acumulado	924
Base de cálculo - saldo de lucros acumulados após o lucro líquido do exercício	924
(-) Dividendos mínimos obrigatórios em 25%	(231)
Dividendos adicionais propostos	693

19 Instrumentos financeiros

19.1 Classificação contábil e valores justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

(i) Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando métodos de avaliação.

Consolidado - Saldo em 31 de março de 2026

	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	384	-	-	384	-	384	384
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e bancos	-	5	-	5	-	-	-
Outras contas a receber	-	11.220	-	11.220	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Fornecedores	-	-	64	64	-	-	-
Outras obrigações	-	-	69	69	-	1	1
Outras contas a pagar	-	-	103	103	-	103	103

Controladora - Saldo em 31 de março de 2026

	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	2	-	-	2	-	2	2
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Outras contas a receber	-	1.908	-	1.908	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Outras contas a pagar	-	-	84	84	-	84	84

Controladora - Saldo em 31 de março de 2025

	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	1	-	-	1	-	1	1
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Outras contas a pagar	-	-	68	68	-	68	68

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito (i);

Risco de liquidez (ii); e
 Risco de mercado (iii).

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

Visando a mitigação de alguns fatores de risco, a Companhia e sua controlada instituíram um Comitê de Gestão de Riscos, que é um grupo multidisciplinar e multidisciplinar com as seguintes funções e responsabilidades:

Definir estratégias de proteção com metas claras e manuseáveis, bem como os limites de risco de acordo com os cenários e as condições financeiras da Companhia;
 Avaliar periodicamente a efetividade de todas as operações e promover alterações, quando necessário;
 Orientar, medir e cobrar a implementação de suas deliberações por parte dos operadores, estritamente dentro dos limites por eles estabelecidos;
 Analisar periodicamente os impactos dos resultados do negócio, especialmente no que corresponde a um movimento de dólares americanos, açúcar e demais *commodities*; e
 Reportar-se à Diretoria Estatutária sempre que convocado, prestando contas do racional das estratégias adotadas, que devem obrigatoriamente estar em linha com o objetivo definido nesse estatuto.

O Comitê de Gestão de Riscos da Companhia e sua controlada tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Diretoria da Companhia e sua controlada estabeleceu o Comitê de Gestão de Riscos como responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta regularmente à Diretoria da Companhia e sua controlada sobre suas atividades.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco em que a Companhia e sua controlada podem incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros na tabela abaixo representa a exposição máxima do crédito em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025.

Ativos financeiros	Consolidado		Controladora	
		2026	2026	2025
Caixa e bancos	9	5	2	1
Aplicações financeiras	9	384	-	-
Outras contas a receber	10	11.220	1.908	-
		11.609	1.910	1

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e sua controlada detinham “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 389 em 31 de março de 2026 (R\$ 1 em 31 de março de 2025). O “Caixa e equivalentes de caixa” é mantido com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia e sua controlada possui reduzido risco de crédito, pois sua principal operação realizada foi a venda de ativos imobilizados, mais especificamente, a venda de imóveis rurais, cuja transferência do bem somente acontecerá na quitação da dívida.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada podem encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado - Saldo em 31 de março de 2026	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	64	64	64	-
Outras obrigações	69	69	-	69
Outras contas a pagar	103	103	103	-

Controladora - Saldo em 31 de março de 2026	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	Mais que 5 anos
Passivos				
Outras contas a pagar	84	84	84	-

Controladora - Saldo em 31 de março de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	Mais que 5 anos
Passivos				
Outras contas a pagar	68	68	68	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes diferentes, por tratar-se de operações com partes relacionadas.

(iv) **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia e suas controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

	Consolidado
(a) Passivo fiscal corrente	2026
IRPJ	25
CSLL	16
	41

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. A

Companhia e sua controlada reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

(b) Consolidado

Passivo fiscal diferido Consolidado	Saldo em 01 de abril de 2024	Cisão Parcial de investimento (Nota Explicativa nº 1.2)	Saldo em 31 de março de 2026
Custo atribuído	-	(20.344)	(20.344)

Abaixo demonstramos a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados em 31 de março de 2026 por Companhia:

	São João Participações S/A	Companhia Agrícola São Jerônimo	Consolidado
Reserva de reavaliação e custo atribuído	-	(20.344)	(20.344)

A conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado pode ser demonstrada por:

	Consolidado	
IRPJ e CSLL correntes	2026	
Cálculo do IRPJ e CSLL pelo lucro presumido	IRPJ	CSLL
Receita bruta de vendas de cana-de-açúcar	1.465	1.465
Alíquotas da presunção	8%	12%
	117	176
Outras receitas utilizadas 100% na base	59	59
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	176	235
Alíquotas vigentes aplicadas sobre a base de cálculo	15%	9%
Total de IRPJ e CSLL	26	21
Alíquota adicional de IRPJ (10%)	(6)	-
Total de IRPJ e CSLL presumidos	20	21
Total de IRPJ e CSLL presumidos no resultado do exercício	41	

A controlada optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido a partir de 1 de janeiro de 2015.

21 Receita operacional líquida

Veja políticas contábeis na 7.2.

a. Fluxos da receita

A receita operacional líquida da sua controlada é composta pela parceria agrícola, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado
	2026
Venda de cana-de-açúcar	1.465
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(30)
Total da receita contábil	1.435

22 Administrativas e gerais

Despesas operacionais por natureza	Consolidado	Controladora	
	2026	2026	2025
Despesa com pessoal	92	-	-
Serviços de terceiros	228	13	1
Auditoria, consultoria e assessoria	20	-	-
Materiais de uso e consumo	3	-	-
Impostos, taxas e multas	-	1	1
	343	14	2
Reconciliação das despesas operacionais classificadas por função:			
Administrativas e gerais	343	14	2

23 Financeiras líquidas

	Consolidado
	2026
Receitas financeiras	
Juros aplicações financeiras	4
Variação monetária ativa	73
	77
Despesas financeiras	
Juros demais operações	(1)
	(1)
Resultado financeiro líquido	76

24 Partes relacionadas

24.1 Controladora final

A Companhia é controlada pela Novaterra Agroinvestimentos S/A com 99,23% de participação acionária. No período, ocorreu a mudança do controle acionário conforme detalhado na Nota Explicativa 1.1.

24.2 Operações de Diretores e pessoal-chave da administração

A administração da São João Participações S/A é eleita anualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Em 30 de julho de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi realizada a eleição dos diretores da Companhia com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo designados um Diretor Presidente e um Diretor Vice-presidente. Ficou estabelecido que, no período de agosto de 2025 a julho de 2026, os diretores não receberão honorários durante este período.

A Companhia não concede ao pessoal-chave da administração benefícios com características de longo prazo.

24.3 Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 2025, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2026	2026	2025
Passivo circulante			
Outras contas a pagar (Nota explicativa 15)			
Companhia Agrícola São Jerônimo	(1)	(1)	-
	(1)	(1)	-
Dividendos (Nota explicativa 18)			
Dividendos a pagar Pessoas físicas	(483)	(231)	-
Líquido	(484)	(232)	-

A Diretoria

Thomas Ometto Budoya
Diretor – Presidente

Lucas Ometto Budoya
Diretor – Vice-presidente

André Guilherme Pirozzi Buosi
Contador
CRC – 1SP334721/O-0